

ESTATUTO  
DO  
INTERNATIONAL COUNCIL ON SYSTEMS ENGINEERING

ARTIGO I PROPÓSITO E MEMBROS

Seção 1. Propósito. O propósito desta corporação será promover a definição, entendimento e prática de engenharia de sistemas de classe mundial na indústria, academia e governo.

Seção 2. Classes de Membros.

(a) Membros Votantes. Esta corporação terá uma (1) classe de membros votantes. Esses membros serão considerados "membros" nos termos da Seção 5056 (ou qualquer seção sucessora) da Lei de Corporações Sem Fins Lucrativos da Califórnia (o "Código de Corporações da Califórnia") e são referidos nestes estatutos como "membros". As categorias de membros votantes serão as seguintes: (1) Membros Regulares e (2) Membros Seniores.

(b) Membros Não Votantes. Será estabelecida uma classe de associação não votante para as seguintes categorias de associação não votante: (1) Conselho Consultivo Corporativo, (2) Associados e (3) Membros Estudantis.

Seção 3. Seleção. Todas as pessoas físicas, corporações, outras entidades comerciais, agências governamentais, organizações sem fins lucrativos e instituições acadêmicas que apoiem o propósito desta corporação conforme estabelecido na Seção 1 acima podem se tornar membros desta corporação mediante pagamento das taxas anuais estabelecidas para membros pelo Conselho de Diretores. Cada membro permanecerá como membro enquanto pagar as taxas aplicáveis e continuar como membro em boa situação nesta corporação.

Um Conselho Consultivo Corporativo existirá para representar as necessidades de engenharia de sistemas dos membros do Conselho Consultivo Corporativo do INCOSE. Cada membro do Conselho Consultivo Corporativo será designado a um assento no Conselho Consultivo Corporativo mediante pagamento de uma taxa única de iniciação ao Conselho Consultivo Corporativo e taxa anual de associação ao Conselho Consultivo Corporativo conforme determinado pelo Conselho de Diretores.

Esta corporação apoia os princípios de igualdade, igualdade de oportunidades e tratamento igual perante a lei. Esta corporação está aberta a todas as pessoas, independentemente de raça, credo, cor, origem nacional, idade, sexo, ou status como veterano deficiente ou de outra forma, ou a presença de uma deficiência.

Seção 4. Taxas de Associação. Qualquer classe de associação pode ser emitida sem pagamento ou mediante pagamento determinado pelo Conselho de Diretores. Esta corporação pode emitir a totalidade ou qualquer parte de sua associação como parcialmente paga e sujeita a chamada para o restante do pagamento a ser pago. Todas as taxas de associação pagas são não reembolsáveis. Os membros podem ser admitidos em uma base contínua por períodos de um ano.

Seção 5. Associações Múltiplas e Fracionárias. Nenhuma pessoa ou entidade pode possuir mais de uma associação, e nenhuma associação fracionária pode ser mantida.

Seção 6. Transferência de Associações. A associação nesta corporação, ou quaisquer direitos decorrentes dela, não são transferíveis ou atribuíveis.

Seção 7. Prazo e Rescisão da Associação. O prazo da associação é de doze (12) meses contínuos e a obrigação de pagar as taxas continua de ano para ano. A menos que seja rescindido antecipadamente de acordo com esta seção, uma associação expirará em um prazo determinado a critério exclusivo do conselho, que será comunicado ao membro após a data de renovação, a menos que a associação tenha sido renovada pelo pagamento das taxas de associação.

Um membro pode renunciar à sua associação a qualquer momento notificando o Secretário ou designado pelo conselho desta corporação. No entanto, a renúncia não eximirá o membro renunciante de qualquer obrigação por encargos incorridos, serviços ou benefícios efetivamente prestados, avaliações ou taxas, ou decorrentes de contrato, ou de outra forma, e não diminuirá qualquer direito desta corporação de fazer valer tal obrigação contra ou obter danos de tal membro. Um membro não será responsável por taxas de associação se renunciar prontamente ao receber uma fatura para tais taxas.

Os direitos, poderes e privilégios da associação nesta corporação (a) serão imediatamente rescindidos para um membro mediante a morte ou dissolução do membro ou a renúncia do membro desta corporação, e (b) não poderão ser vendidos, dados como garantia, gravados, atribuídos ou de outra forma transferidos por qualquer membro de qualquer maneira.

Os direitos, poderes e privilégios da associação nesta corporação serão imediatamente rescindidos com relação a um membro mediante votação da maioria dos diretores autorizados desta corporação para expulsar tal membro. Qualquer membro proposto para ser rescindido terá direito a aviso por escrito especificando os motivos para tal rescisão proposta, dado pelo menos trinta (30) dias antes da reunião na qual tal rescisão será votada, e terá direito a ser ouvido oralmente ou por escrito pelo Conselho de Diretores não menos de cinco (5) dias antes do Conselho de Diretores votar sobre a expulsão de tal membro.

## ARTIGO II REUNIÕES DE MEMBROS

Seção 1. Reuniões Regulares. As reuniões regulares dos membros (ou equivalente se chamadas de outra coisa que não reunião regular, mas ainda devidamente convocadas e notificadas de acordo com estes Estatutos) serão realizadas anualmente em uma data e local designados pelo Conselho de Diretores para o propósito de eleger diretores e para transacionar outros negócios que possam ser devidamente apresentados aos membros. Tais eleições ou negócios também podem ser realizados por meio de reuniões eletrônicas, ou cédula escrita ou eletrônica conforme a Seção 12.

Seção 2. Reuniões Especiais. As reuniões especiais dos membros podem ser convocadas pelo Conselho, pelo Presidente ou pelo Presidente do Conselho. Além disso, reuniões especiais dos membros para qualquer fim legal podem ser convocadas por cinco por cento (5%) ou mais dos membros. Nenhum negócio pode ser transacionado em uma reunião especial a menos que a natureza geral de tal negócio tenha sido declarada no aviso da reunião especial.

Mediante solicitação por escrito ao Presidente do Conselho ou ao Presidente por qualquer pessoa ou grupo autorizado por estes estatutos para convocar uma reunião especial, um oficial desta corporação deve fazer com que o aviso seja dado aos membros, de acordo com a Seção 5 deste Artigo II, que uma reunião será realizada na data fixada pelo Conselho, que não será inferior a

trinta e cinco (35) nem mais de noventa (90) dias após o recebimento da solicitação. Este aviso será dado dentro de vinte (20) dias após o recebimento da solicitação. Reuniões especiais podem ser realizadas por meios eletrônicos de acordo com a Seção 12 destes Estatutos.

Seção 3. Membros não fisicamente presentes pessoalmente em uma reunião de membros podem participar da reunião por meios eletrônicos, ser considerados presentes pessoalmente e votar na reunião.

Seção 4. "Meios eletrônicos" para transmissão pela corporação inclui:

- (a) telecomunicação por fac-símile
- (b) endereço de e-mail eletrônico
- (c) conexões remotas eletrônicas, como teleconferência, comunicação de vídeo ou similar,
- (d) publicação em um quadro de mensagens eletrônico ou rede que a corporação tenha designado para essas comunicações, juntamente com um aviso separado ao destinatário da publicação, cuja transmissão será considerada válida na data posterior à publicação ou entrega do aviso separado, ou
- (e) outros meios de comunicação eletrônica aprovados pelo Conselho,

Registros: As reuniões realizadas por meios eletrônicos devem criar registros capazes de retenção, recuperação e revisão, e que posteriormente possam ser transformados em forma tangível claramente legível. No entanto, uma transmissão eletrônica pela corporação a um membro individual não é autorizada a menos que, além de satisfazer os requisitos desta seção, a transmissão satisfaça os requisitos aplicáveis ao consentimento do consumidor para registros eletrônicos conforme estabelecido na Lei de Assinaturas Eletrônicas no Comércio Nacional e Global (15 U.S.C. Sec. 7001(c)(1)).

Seção 5. Uma reunião dos membros pode ser conduzida, total ou parcialmente, por meios eletrônicos:

- (a) se a corporação implementar medidas razoáveis para proporcionar aos membros presentes pessoalmente e participando por meios eletrônicos uma oportunidade razoável de participar da reunião e votar sobre assuntos submetidos aos membros, incluindo uma oportunidade de ler ou ouvir os procedimentos da reunião substancialmente simultaneamente com esses procedimentos, e
- (b) se algum membro votar ou tomar outra ação na reunião por meios eletrônicos, um registro desse voto ou ação é mantido pela corporação.

Seção 6. Local da Reunião. O Conselho de Diretores pode designar qualquer local como o local da reunião para qualquer reunião regular. Se não houver designação ou se uma reunião especial for convocada de outra forma, o local da reunião será o escritório principal desta corporação.

Seção 7. Data de Registro. O Conselho pode fixar, antecipadamente, uma data como a data de registro para o propósito de:

- (a) determinar os membros com direito a aviso de qualquer reunião dos membros
- (b) determinar os membros com direito a voto em uma reunião dos membros
- (c) determinar os membros com direito a cédula escrita ou eletrônica
- (d) determinar os membros com direito a exercer quaisquer direitos em relação a qualquer outra ação legal

Tal data de registro não deverá ser mais de noventa (90) ou menos de dez (10) dias antes da data da reunião. Uma determinação de membros com direito a aviso de uma reunião de membros, voto, cédula escrita ou eletrônica, ou exercício de qualquer direito em relação a qualquer outra ação legal deverá aplicar-se a qualquer prorrogação da reunião a menos que o Conselho fixe uma nova data de registro para a reunião prorrogada.

Seção 8. Aviso da Reunião. Sempre que os membros forem exigidos ou permitidos a tomar qualquer ação em uma reunião, um aviso por escrito da reunião deverá ser dado não menos de dez (10) nem mais de noventa (90) dias antes da data da reunião a cada membro que, na data de registro da reunião, tenha direito a voto nela; no entanto, se o aviso for dado por correio, e o aviso não for enviado por correio de primeira classe, registrado ou certificado, esse aviso deverá ser dado não menos de vinte (20) dias antes da reunião. Esse aviso deverá indicar o local, data e hora da reunião e os meios de transmissão eletrônica pela e para a corporação (Artigo II, Seção 4) ou comunicação eletrônica por vídeo, se houver, pela qual os membros podem participar dessa reunião, e

- (a) no caso de uma reunião especial, a natureza geral dos negócios a serem transacionados, ou
- (b) no caso da reunião regular, aqueles assuntos que o Conselho, no momento do envio do aviso, pretende apresentar para ação pelos membros. O aviso de qualquer reunião na qual diretores devem ser eleitos deverá incluir os nomes de todos os indicados no momento em que o aviso for enviado aos membros.

Se a aprovação dos membros for solicitada em relação a qualquer um dos seguintes assuntos, a natureza geral da proposta deve ser indicada no aviso da reunião ou em qualquer renúncia escrita ao aviso:

- (a) A remoção de um ou mais diretores;
- (b) O preenchimento de uma vaga no Conselho de Diretores;
- (c) Uma emenda aos estatutos sociais;
- (d) A aprovação de um contrato ou outra transação entre esta corporação e um ou mais de seus diretores, ou entre esta corporação e qualquer corporação, firma ou associado doméstico ou estrangeiro na qual um ou mais de seus diretores tenham interesse financeiro relevante; ou
- (e) A dissolução voluntária desta corporação ou a aprovação de um plano de distribuição como parte de uma dissolução voluntária desta corporação.

O aviso de uma reunião de membros será dado pessoalmente, por meios eletrônicos, ou por correio ou outro meio de comunicação escrita, endereçado ao membro no endereço desse membro constante dos livros desta corporação ou dado pelo membro a esta corporação para fins de aviso. A corporação deverá fazer esforços razoáveis para publicar o aviso em sua mídia geral (por exemplo, site, redes sociais, boletim informativo) no caso de qualquer endereço não ser fornecido ou falhar.

Quando uma reunião de membros for prorrogada para outra data ou local, não será necessário dar aviso da reunião prorrogada se o horário e local (ou meios eletrônicos, se houver) forem anunciados na reunião em que a prorrogação for tomada. Se a prorrogação for por mais de quarenta e cinco (45) dias ou se, após a prorrogação, uma nova data de registro for fixada para a reunião

prorrogada, um aviso da reunião prorrogada será dado a cada membro registrado com direito a voto na reunião.

Seção 9. Quórum e Adiamento. Cinco por cento (5%) dos membros votantes, mas não menos de cem (100) membros votantes dos membros com direito a voto para a eleição de diretores, constituirão um quórum em uma reunião de membros. Apenas avisos de assuntos podem ser colocados perante os membros para votação. Na ausência de quórum, qualquer reunião de membros pode ser adiada de tempos em tempos por votação da maioria dos votos representados pessoalmente, mas nenhum outro negócio pode ser transacionado, exceto conforme previsto por lei.

Seção 10. Maneira de Agir. Cada membro terá direito a um (1) voto sobre cada assunto submetido a votação dos membros. Se houver quórum presente, o voto afirmativo da maioria do poder de voto representado na reunião, com direito a voto, e votando sobre qualquer assunto será o ato dos membros, a menos que o voto de um número maior seja exigido por lei ou por estes estatutos. Os membros presentes em uma reunião devidamente convocada ou realizada na qual houver quórum podem continuar a transacionar negócios até o adiamento, não obstante a retirada de membros suficientes para deixar menos que um quórum, se qualquer ação tomada (exceto o adiamento) for aprovada por pelo menos uma maioria do poder de voto necessário para constituir um quórum.

Seção 11. Votação por Procuração. Não haverá direito de agir por procuração.

Seção 12. Votação por Cédula Escrita ou Eletrônica. Qualquer ação que possa ser tomada em qualquer reunião regular ou especial de membros pode ser tomada sem uma reunião se esta corporação distribuir uma cédula escrita ou eletrônica a cada membro com direito a voto sobre o assunto. Tal cédula deverá apresentar a ação proposta, fornecer uma oportunidade de especificar aprovação ou desaprovação de qualquer proposta, e fornecer trinta (30) dias a partir da notificação da cédula para devolver a cédula a esta corporação.

A aprovação por cédula escrita ou eletrônica será válida apenas quando o número de votos emitidos por cédula dentro do período especificado, ou qualquer prorrogação deste, for igual ou exceder o quórum exigido para estar presente em uma reunião autorizando a ação, e o número de aprovações for igual ou exceder o número de votos que seriam necessários para aprovar em uma reunião na qual o número total de votos fosse o mesmo que o número de votos emitidos por cédula.

A distribuição e a solicitação de cédulas podem ser realizadas pessoalmente, por meios eletrônicos, ou por correio ou outro meio de comunicação escrito, endereçado ao membro no endereço desse membro constante dos livros desta corporação ou dado pelo membro a esta corporação para fins de aviso. A corporação também pode publicar o aviso em sua mídia geral (por exemplo, site, redes sociais, boletim informativo) no caso de qualquer endereço não ser fornecido ou falhar.

Se qualquer cédula escrita endereçada a um membro no endereço de tal membro, conforme consta nos livros desta corporação, for devolvida a esta corporação pelo serviço de entrega e marcada como não entregue, todas as futuras notificações serão consideradas como devidamente dadas sem entrega adicional se estiverem disponíveis para o membro mediante demanda por escrito do membro no escritório principal desta corporação por um período de um (1) ano a partir da data de entrega da notificação a todos os outros membros. Uma cédula eletrônica distribuída por transmissão eletrônica pela corporação conforme este parágrafo será válida somente se estiver em conformidade com o Artigo II, Seção 4. Não obstante o acima exposto, uma cédula não será

enviada por transmissão eletrônica pela corporação conforme este parágrafo após qualquer um dos seguintes casos: (a) A corporação não conseguir entregar duas cédulas consecutivas ao membro por esse meio; (b) A incapacidade de entregar as cédulas ao membro tornar-se conhecida pelo Secretário ou outra pessoa responsável pela entrega da notificação.

Em qualquer eleição de diretores, qualquer forma de cédula escrita ou eletrônica na qual os diretores a serem votados estão nomeados como candidatos e que seja marcada por um membro com "retenção" ou marcada de qualquer outra forma indicando que a autoridade para votar na eleição de diretores é retida, incluindo não indicar nenhuma escolha, não será registrada ou contada como voto a favor ou contra a eleição de um diretor.

Todas essas solicitações de cédulas escritas ou eletrônicas devem indicar o número de respostas necessárias para atender ao requisito de quórum e, em relação às cédulas que não sejam para a eleição de diretores, devem indicar a porcentagem de aprovações necessárias para aprovar a medida apresentada. A solicitação deve especificar o prazo até o qual a cédula deve ser recebida para ser contada.

Uma cédula escrita ou eletrônica não pode ser revogada.

Seção 13. Inspectores de Eleição. Antes de qualquer reunião de membros, a Diretoria pode nomear inspetores de eleição para atuar na reunião e em qualquer prorrogação desta. Se não forem nomeados inspetores de eleição, ou se qualquer pessoa assim nomeada não comparecer ou recusar-se a agir, o presidente de qualquer reunião de membros pode, e a pedido de qualquer membro presente deve nomear inspetores de eleição (ou pessoas para substituir aqueles que assim falharem ou se recusarem) na reunião. O número de inspetores será de um (1) ou três (3). Se nomeados em uma reunião a pedido de um (1) ou mais membros presentes, a maioria dos membros presentes determinará se um (1) ou três (3) inspetores serão nomeados.

Os inspetores de eleição deverão: determinar o número de membros efetivos e o poder de voto de cada um, o número representado na reunião e a existência de um quórum; receber votos, cédulas ou consentimentos; ouvir e determinar todos os desafios e questões de qualquer forma surgidos em conexão com o direito de voto; contar e tabular todos os votos ou consentimentos, determinar o momento de encerramento das votações; determinar o resultado e realizar atos adequados para conduzir a eleição ou votação com justiça para todos os membros.

Os inspetores de eleição, se houver, devem desempenhar suas funções de forma imparcial, de boa-fé, da melhor maneira possível e tão prontamente quanto for prático. Se houver três (3) inspetores de eleição, a decisão, ato ou certificado da maioria é eficaz em todos os aspectos como a decisão, ato ou certificado de todos.

Seção 14. Reuniões Especiais de Setor. Reuniões especiais dos membros de um setor podem ser convocadas pela Diretoria, pelo Presidente da Diretoria ou pelo Presidente para votar na remoção de um diretor nomeado representando o setor. Além disso, reuniões especiais de setor podem ser convocadas com o propósito de remover um diretor nomeado representando um setor por cinco por cento (5%) ou mais dos Presidentes dos capítulos no setor representado. Mediante solicitação por escrito ao Presidente da Diretoria ou ao Presidente por qualquer pessoa ou grupo autorizado por estes estatutos para convocar uma reunião especial de setor, um Oficial desta corporação fará com que seja dada notificação aos Presidentes, de acordo com a Seção 8 deste Artigo II, de que uma reunião será realizada no horário fixado pela Diretoria, o qual não será inferior a trinta e cinco

(35) nem superior a noventa (90) dias após o recebimento do pedido. Esta notificação será dada dentro de vinte (20) dias após o recebimento do pedido.

As Seções 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 deste Artigo II se aplicam às reuniões especiais de setor, com a exceção de que o quórum para uma reunião de setor é de dois terços dos Presidentes, com direito a voto, para a nomeação de um diretor representando um setor.

### ARTIGO III DIRETORIA

Seção 1. Poderes Gerais. Sujeito às disposições aplicáveis do Código de Corporações da Califórnia e quaisquer limitações nos artigos e estatutos desta corporação, as atividades e assuntos desta corporação devem ser conduzidos e todos os poderes corporativos devem ser exercidos por ou sob a direção da Diretoria. A Diretoria pode delegar a administração das atividades desta corporação a qualquer pessoa ou pessoas, empresa de gestão ou comitê, independentemente de sua composição, desde que as atividades e assuntos desta corporação sejam gerenciados e todos os poderes corporativos sejam exercidos sob a direção final da Diretoria.

Seção 2. Número e Classes de Diretores. O número autorizado de diretores desta corporação não será inferior a sete (7) nem superior a vinte (20). O número exato de diretores pode ser fixado dentro dos limites especificados nesta Seção 2 por um estatuto adotado pelos membros ou por resolução da Diretoria. O número mínimo ou máximo de diretores previstos nesta Seção 2 pode ser alterado ou um número definido fixado sem disposição para um número indefinido, por um estatuto adotado pela votação afirmativa da maioria dos membros com direito a voto.

As classes de diretores serão Oficial, geral e diretor designado. As posições dos Oficiais serão Presidente, Presidente-Eleito, Tesoureiro e Secretário.

Seção 3. Seleção. Os diretores desta corporação serão membros da corporação. Por meio de resolução, a Diretoria estabelecerá três (3) setores compatíveis com a distribuição geográfica dos capítulos pelo endereço declarado. Três (3) diretores designados serão nomeados pelos Presidentes dos capítulos da INCOSE.

O Presidente de cada capítulo dentro de um setor terá um voto para a nomeação do diretor representando o setor dentro do qual o capítulo está localizado. Cada um desses diretores será nomeado após receber o maior número de votos emitidos pelos Presidentes dentro do setor, por cédula escrita ou eletrônica. O quórum para nomear esses diretores é de dois terços dos Presidentes com direito a voto para a nomeação de um diretor representando um setor.

Um (1) diretor designado será nomeado pelo Conselho Consultivo Corporativo.

Um (1) diretor designado será o Diretor Técnico. O Diretor Técnico será nomeado pelo Presidente e aprovado por maioria dos votos da Diretoria.

Um (1) diretor designado será o Diretor de Serviços. O Diretor de Serviços será nomeado pelo Presidente e aprovado por maioria dos votos da Diretoria.

Os Oficiais e Diretores Gerais serão eleitos em reunião ordinária dos membros ou por cédula escrita ou eletrônica ou por qualquer outra forma autorizada por lei. Cada membro elegível para votar lançará o número de votos que detém, sem o direito de acumular votos, para cada posição de

Oficial e Diretor Geral a ser preenchida. Em qualquer eleição pelos membros, os candidatos que receberem o maior número de votos serão eleitos. As eleições não precisam ser por cédula, a menos que um membro exija a eleição por cédula na reunião e antes do início da votação.

Por meio de resolução, a Diretoria autorizará um procedimento de nomeação e seleção que inclua um meio razoável para que os membros indiquem pessoas para eleição como diretores, uma oportunidade razoável para um nomeado comunicar aos membros as qualificações do nomeado e os motivos de sua candidatura, uma oportunidade razoável para que todos os nomeados solicitem votos e uma oportunidade razoável para que todos os membros escolham entre os nomeados.

Em qualquer caso, dois por cento (2%) ou mais dos membros podem indicar uma pessoa para eleição como Oficial ou Diretor Geral, se tiverem entregue uma petição assinada a um Oficial desta corporação dentro de onze (11) meses antes do próximo momento em que os diretores serão eleitos.

Seção 4. Prazo. Cada diretor permanecerá no cargo conforme declarado na Tabela 2 até o término do mandato para o qual foi eleito e até que um sucessor tenha sido eleito e instalado, exceto quando fornecido de outra forma por estes estatutos.

Tabela 2

#### TERMOS DE MANDATO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oficiais 2 anos

Diretores Gerais 3 anos

Diretores nomeados para representar os Setores 3 anos

Diretor nomeado pelo Conselho Consultivo Corporativo 2 anos

Diretor Técnico 2 anos

Diretor de Serviços 2 anos

Seção 5. Reuniões Regulares. A Diretoria pode estabelecer por resolução a hora e o local para a realização de reuniões regulares da Diretoria sem aviso prévio que não seja tal resolução. Aviso de qualquer alteração no horário ou local das reuniões regulares será dado a todos os diretores da mesma maneira que o aviso para reuniões especiais da Diretoria.

Seção 6. Reuniões Especiais. Reuniões especiais da Diretoria para qualquer propósito ou propósitos podem ser convocadas pelo Presidente da Diretoria, Presidente, Presidente-Eleito, Secretário ou por dois (2) diretores.

Seção 7. Aviso. As reuniões especiais da Diretoria serão realizadas após aviso de pelo menos dois (2) dias, desde que um quórum seja alcançado de acordo com o Artigo III, Seção 8. Os negócios a serem tratados na reunião não precisam ser especificados no aviso de tal reunião, a menos que especificamente exigido por lei ou por estes estatutos.

Seção 8. Quórum e Adiamento. A maioria do número de diretores autorizados por estes estatutos constituirá um quórum para a transação de negócios em qualquer reunião da Diretoria. A maioria dos diretores presentes, quer haja ou não quórum, pode adiar a reunião por vinte e quatro (24) horas ou menos sem aviso prévio adicional. Se a reunião for adiada por mais de vinte e quatro (24) horas, será dado aviso de qualquer adiamento para outro horário ou local antes do horário da reunião adiada aos diretores que não estavam presentes no momento do adiamento.

Seção 9. Maneira de Agir. O ato da maioria dos diretores presentes em uma reunião devidamente realizada na qual um quórum está presente será o ato da Diretoria, a menos que o ato de um número diferente seja autorizado por lei, pelos artigos de incorporação ou por estes estatutos. Uma reunião na qual um quórum esteja presente inicialmente pode continuar a transacionar negócios não obstante a retirada de diretores, se qualquer ação tomada for aprovada por pelo menos a maioria do quórum exigido para tal reunião.

Os membros da Diretoria podem participar de uma reunião através de meios eletrônicos. A participação em uma reunião dessa forma constitui presença pessoal na referida reunião.

Seção 10. Ação sem Reunião da Diretoria. Qualquer ação exigida ou permitida ser tomada pela Diretoria pode ser tomada sem uma reunião se todos os membros da Diretoria individual ou coletivamente consentirem por escrito ou comunicação eletrônica para tal ação. Tal consentimento ou consentimentos serão arquivados com as atas das deliberações da Diretoria. Tal ação por consentimento terá a mesma força e efeito que um voto unânime desses diretores.

Seção 11. Dever de Cuidado dos Diretores. Um diretor deve desempenhar os deveres de diretor, inclusive como membro de qualquer comitê da Diretoria no qual o diretor possa servir, de boa-fé, de uma maneira que o diretor acredite estar nos melhores interesses desta corporação e com tal cuidado, incluindo inquérito razoável, como uma pessoa razoavelmente prudente em posição semelhante usaria em circunstâncias semelhantes.

Ao desempenhar os deveres de diretor, o diretor terá direito a confiar em informações, opiniões, relatórios ou declarações, incluindo demonstrações financeiras e outros dados financeiros, em cada caso preparados ou apresentados por:

- (a) um ou mais Oficiais ou membros ou funcionários desta corporação que o diretor acredita serem confiáveis e competentes nos assuntos apresentados;
- (b) advogados, contadores independentes ou outras pessoas quanto a assuntos que o diretor acredita estar dentro da competência profissional ou especializada dessas pessoas; ou
- (c) um comitê da Diretoria no qual o diretor não sirva, quanto a assuntos dentro de sua autoridade designada, no qual o diretor acredita merecer confiança, desde que, em qualquer caso, o diretor aja de boa-fé, após inquérito razoável quando a necessidade for indicada pelas circunstâncias e sem conhecimento que faria tal confiança ser injustificada.

Seção 12. Dever de Lealdade dos Diretores. Sujeito a poder cumprir a Seção 7233(a)(3) do Código de Corporações da Califórnia ou qualquer seção sucessora, nenhum contrato ou outra transação entre esta corporação e um ou mais de seus diretores, ou entre esta corporação e qualquer corporação doméstica ou estrangeira, empresa ou associação na qual um ou mais diretores desta corporação tenham interesse financeiro relevante será autorizado, aprovado ou ratificado pela Diretoria ou por um comitê da Diretoria a menos que os fatos relevantes quanto à transação e quanto ao interesse financeiro do diretor ou diretores sejam completamente divulgados ou conhecidos pela Diretoria ou comitê, a Diretoria ou comitê da Diretoria autoriza, aprova ou ratifica o contrato ou a transação de boa-fé por voto suficiente sem contar o voto do diretor ou diretores interessados e o contrato ou a transação seja justo e razoável para esta corporação no momento em que é autorizado, aprovado ou ratificado. Dentro do significado desta seção, um "interesse financeiro relevante" não inclui uma diretoria comum. Um diretor não está interessado dentro do

significado desta seção em uma resolução fixando a remuneração de outro diretor como diretor, Oficial ou empregado desta corporação, não obstante o fato de que o primeiro diretor também receba remuneração desta corporação.

Sujeito a poder cumprir a Seção 7233(b)(2) do Código de Corporações da Califórnia ou qualquer seção sucessora, nenhum contrato ou outra transação entre esta corporação e qualquer corporação, sociedade comercial ou associação na qual um ou mais diretores sejam diretores será autorizado, aprovado ou ratificado pela Diretoria ou por um comitê da Diretoria a menos que os fatos relevantes quanto à transação e quanto ao conselho comum do diretor ou diretores sejam totalmente divulgados e conhecidos pela Diretoria ou comitê da Diretoria, e a Diretoria ou comitê da Diretoria autorize, aprove ou ratifique a transação de boa-fé por um voto suficiente sem contar o voto do diretor ou diretores comuns.

Diretores interessados podem ser contados para determinar a presença de um quórum em uma reunião da Diretoria que autorize, aprove ou ratifique uma transação nos termos desta seção.

Seção 13. Remoção e Preenchimento de Vagas. A Diretoria pode declarar vago o cargo de um diretor que:

(a) foi declarado incapaz mental por uma ordem final de um tribunal, ou condenado por um crime grave, ou, com relação aos ativos mantidos em confiança de caridade, foi considerado por uma ordem ou sentença final de qualquer tribunal ter violado qualquer dever decorrente da Seção 7238 do Código de Corporações da Califórnia ou qualquer seção sucessora.

(b) deixou de comparecer a duas (2) reuniões dentro de um período de 12 meses, incluindo reuniões regulares e especiais.

(c) foi determinado pela maioria do Conselho de Administração como tendo falhado em cumprir regularmente as responsabilidades conforme detalhado na descrição de cargo aplicável. Qualquer ou todos os diretores podem ser removidos pelos membros, se considerados como tendo falhado em cumprir as responsabilidades do cargo conforme a descrição de cargo aplicável. Tal remoção deve ser aprovada por pelo menos cinco por cento (5%), mas não menos que cem (100) dos membros com direito a voto. Nenhuma redução no número autorizado de diretores terá o efeito de remover qualquer diretor antes do término do mandato de tal diretor.

Qualquer vaga que ocorra no Conselho de Administração de um Diretor em Geral ou de um Oficial, incluindo uma vaga criada por motivo de remoção de um diretor, bem como qualquer diretor eleito devido ao aumento no número de diretores, deverá ser preenchida por aprovação do Conselho ou, se o número de diretores em exercício for inferior a um quórum, (1) pelo consentimento escrito unânime dos diretores então em exercício, (2) pelo voto afirmativo da maioria dos diretores então em exercício em uma reunião regularmente realizada, ou (3) por um único diretor remanescente. Os membros podem eleger um diretor a qualquer momento para preencher qualquer vaga não preenchida pelos diretores. Um diretor eleito para preencher uma vaga deverá ocupar o cargo durante o restante do mandato de seu antecessor no cargo e até que seu sucessor seja eleito. Uma vaga no Conselho de Administração de um diretor nomeado deverá ser preenchida da mesma maneira em que tal diretor é nomeado. Se a autoridade nomeadora deixar de preencher tal vaga dentro de um período de 30 (trinta) dias após sua declaração, o Conselho de Administração poderá preencher a vaga nomeando um Diretor para servir até que a autoridade nomeadora preencha a vaga ou até o término do mandato, o que ocorrer primeiro.

Seção 14. Remuneração. Diretores e membros dos comitês podem receber tal remuneração, se houver, por seus serviços e tal reembolso de despesas conforme possa ser determinado por resolução da maioria do Conselho de Administração autorizado como justo e razoável ou conforme aprovado pelos membros.

Seção 15. Nenhum Interesse nos Ativos. Durante a vida desta corporação, nenhum diretor deverá possuir qualquer direito de propriedade sobre os bens desta corporação. No caso de esta corporação possuir ou manter qualquer propriedade após sua dissolução e liquidação, após o pagamento ou a provisão adequada de suas dívidas e obrigações, os diretores deverão dispor dos bens remanescentes de acordo com as disposições dos estatutos e do Código Corporativo da Califórnia. INCOSE deverá utilizar seus fundos apenas para cumprir os objetivos e propósitos especificados nestes estatutos e nenhuma parte de seus fundos deverá reverter ou ser distribuída aos membros da INCOSE. Na dissolução da INCOSE, os ativos líquidos remanescentes após o pagamento de todas as dívidas deverão reverter para uma corporação sem fins lucrativos dentro de 90 dias após a dissolução, para serem utilizados para fins educacionais sob a Seção 501(c)(3) do Código de Receita Interna dos EUA, conforme existente ou conforme possa ser emendado. Esta cláusula prevalece sobre qualquer cláusula anterior relativa à dissolução da INCOSE.

Seção 16. Renúncia. Qualquer diretor pode renunciar eficaz mediante notificação por escrito ao Presidente do Conselho, ao Presidente, ao Secretário ou ao Conselho de Administração desta corporação, a menos que a notificação especifique um tempo posterior para a eficácia da renúncia. Se a renúncia for eficaz em momento futuro, um sucessor pode ser eleito para assumir o cargo quando a renúncia se tornar eficaz.

#### ARTIGO IV - OFICIAIS

Seção 1. Oficiais. Os oficiais desta corporação são diretores de acordo com o Artigo III. Os oficiais desta corporação serão um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro, um Presidente Eleito e, a critério do Conselho de Administração, um presidente. O Presidente, Presidente Eleito, Secretário e Tesoureiro devem ser pessoas diferentes.

Seção 2. Seleção e Prazo de Mandato. Os oficiais desta corporação serão eleitos de acordo com o Artigo III destes estatutos, e se houver um presidente, de acordo com a Seção 6 deste Artigo.

Seção 3. Remoção. Veja o Artigo III destes estatutos e a Seção 6 deste Artigo.

Seção 4. Renúncia. Qualquer oficial pode renunciar a qualquer momento mediante aviso por escrito a esta corporação, sem prejuízo dos direitos, se houver, desta corporação sob qualquer contrato do qual o oficial seja parte.

Seção 5. Vacâncias. Uma vaga em qualquer cargo devido a morte, renúncia, remoção, desqualificação ou outra razão pode ser preenchida pelo Conselho de Administração por nomeação para completar o restante do mandato que foi vago.

Seção 6. Presidente do Conselho. O Presidente do Conselho, se houver tal oficial, presidirá todas as reuniões do Conselho de Administração em que estiver presente, e exercerá e desempenhará outros poderes e deveres conforme designados de tempos em tempos pelo Presidente do Conselho de Administração ou prescritos por estes estatutos. O presidente será um diretor eleito por voto

majoritário do Conselho de Administração por um mandato de um ano e pode ser removido por voto majoritário do Conselho de Administração.

Seção 7. Presidente. O Presidente será o Diretor Executivo Chefe desta corporação. Sujeito aos poderes e deveres, se houver, conforme prescrito por estes estatutos ou pelo Presidente do Conselho de Administração, o Presidente, sujeito ao controle do Conselho de Administração, terá supervisão geral, direção e controle dos negócios e oficiais desta corporação. Ele/ela presidirá todas as reuniões dos membros e, na ausência do Presidente do Conselho, todas as reuniões do Conselho de Administração. Ele/ela terá todos os poderes e deverá desempenhar todos os deveres que são ordinariamente inerentes ao cargo de Presidente, e ele/ela terá tais poderes adicionais e desempenhará tais deveres adicionais conforme prescrito para ele/ela pelo Conselho de Administração.

Seção 8. Tesoureiro. O Tesoureiro será o Diretor Financeiro Chefe desta corporação e manterá, ou fará manter, livros e registros adequados e corretos desta corporação. Ele/ela receberá e depositará todos os fundos e outros valores pertencentes a esta corporação em nome e crédito desta corporação e disporá do mesmo apenas da maneira determinada pelo Conselho de Administração ou pelos Oficiais apropriados desta corporação, de tempos em tempos, e prestará ao Diretor Executivo Chefe e ao Conselho de Administração, sempre que solicitado, um relatório de todas as suas transações como Tesoureiro e da condição financeira desta corporação. Ele/ela terá todos os poderes e desempenhará todos os deveres incidentes ao cargo de Tesoureiro, e ele/ela terá tais poderes adicionais e desempenhará tais deveres adicionais conforme prescrito para ele/ela pelo Conselho de Administração.

Seção 9. Secretário. O Secretário manterá ou fará manter na sede executiva principal desta corporação, ou em outro local que o Conselho de Administração possa ordenar, um livro de atas de todas as reuniões dos membros e do Conselho de Administração, com data e local de realização, seja regular ou especial, e se especial, como autorizado, o aviso dado, os nomes dos presentes nas reuniões do Conselho, e o número de membros presentes ou representados nas reuniões dos membros. O Secretário manterá ou fará manter na sede executiva principal, ou em outro local que o Conselho de Administração possa ordenar, um registro de membros ou um registro duplicado de membros mostrando os nomes dos membros e suas informações de contato. O Secretário supervisionará a gestão de membros desta corporação. O Secretário ou, se ele/ela estiver ausente, incapaz ou recusar-se a agir, qualquer outro oficial desta corporação, dará ou fará dar aviso de todas as reuniões dos membros, do Conselho de Administração e dos comitês do Conselho exigidos pelos estatutos ou por estatuto a ser dado, e ele/ela manterá o selo desta corporação, se houver, sob custódia segura. Ele/ela terá todos os poderes e deverá desempenhar todos os deveres incidentes ao cargo de Secretário, e ele/ela terá tais poderes adicionais e desempenhará tais deveres adicionais conforme prescrito para ele/ela pelo Conselho de Administração.

Seção 10. Presidente Eleito. O Presidente Eleito será o Diretor de Operações Chefe desta corporação. O Presidente Eleito auxiliará o Presidente. O Presidente Eleito desempenhará todos os deveres do Presidente quando o Presidente estiver ausente, incapacitado ou se recusar a agir. Ao assim agir, o Presidente Eleito terá todos os poderes e estará sujeito a todas as restrições impostas ao Presidente. O Presidente Eleito sucederá ao cargo de Presidente após o término de seu mandato ou se o Presidente renunciar. O Presidente Eleito terá tais outros poderes e desempenhará tais outros deveres conforme prescrito para ele/ela pelo Conselho de Administração.

## ARTIGO V - COMITÊS, CAPÍTULOS E DIRETOR EXECUTIVO

Seção 1. Comitês de Diretores. O Conselho de Administração poderá, por resolução adotada pela maioria dos diretores em exercício, desde que haja quórum, criar um ou mais comitês, cada um composto por dois (2) ou mais diretores, para servir a critério do Conselho. As nomeações para tais comitês serão por voto majoritário dos diretores em exercício. O Conselho de Administração poderá nomear um ou mais diretores como membros alternativos de qualquer comitê, que poderão substituir qualquer membro ausente em qualquer reunião do comitê. Qualquer comitê desses, na medida em que seja fornecido na resolução do Conselho, terá toda a autoridade do Conselho, exceto no que diz respeito a: (a) Aprovação de qualquer ação para a qual o Código Corporativo da Califórnia também exija aprovação dos membros; (b) o preenchimento de vagas no Conselho ou em qualquer comitê que tenha autoridade do Conselho; (c) a fixação da remuneração dos diretores por servirem no Conselho ou em qualquer comitê; (d) a emenda ou revogação de qualquer resolução do Conselho que, por seus termos expressos, não seja passível de emenda ou revogação; (f) a nomeação de comitês do Conselho ou de seus membros; (g) a despesa de fundos corporativos para apoiar um candidato a Diretor depois que houver mais pessoas indicadas para Diretor do que as que podem ser eleitas; ou (h) no que diz respeito a ativos detidos em confiança beneficente, a aprovação de qualquer transação de auto negociação conforme definido pela Seção 5233 do Código Corporativo da Califórnia ou qualquer seção sucessora, exceto conforme previsto por lei.

Seção 2. Regras. As Seções 5 a 16 do Artigo III destes estatutos também se aplicarão, com alterações necessárias no ponto de detalhe, aos comitês que exercem a autoridade do Conselho de Administração, se houver, e às ações por esses comitês, exceto que: (a) a primeira frase da Seção 8 do Artigo III não se aplicará, e um quórum do comitê será a maioria do número autorizado de membros do comitê e exceto que (b) reuniões especiais de um comitê podem ser convocadas por dois membros do comitê, salvo disposição em contrário por estes estatutos ou pela resolução do Conselho de Administração designando tais comitês. Para esse fim, referências a "o Conselho" ou "o Conselho de Administração" serão consideradas como referindo-se a cada comitê e referências a "diretores" ou "membros do conselho" serão consideradas como referindo-se aos membros do comitê.

Seção 3. Outros Comitês. Outros comitês que não tenham e exerçam a autoridade do Conselho de Administração na administração desta corporação podem ser designados por resolução adotada pela maioria dos diretores autorizados. Exceto conforme previsto em tal resolução, os membros de cada comitê devem ser membros desta corporação. Cada comitê desses pode adotar regras para sua própria governança que não sejam inconsistentes com as regras estabelecidas pelo Conselho de Administração na resolução designando o comitê.

Seção 4. Capítulos. O Presidente pode, por resolução adotada pela maioria dos diretores autorizados, autorizar capítulos e esses capítulos operarão de acordo com as políticas e procedimentos promulgados pelo Conselho. O Presidente pode autorizar uma entidade externa a atuar como um capítulo sob um acordo por escrito que inclui os termos e condições para a associação como capítulo desta corporação. Tais acordos serão revisados a cada três (3) anos. Para uma entidade externa, se houver leis e regulamentos locais que gerem diferenças nos estatutos dessa entidade, as diferenças necessárias terão precedência sobre os estatutos da INCOSE.

Um capítulo será dissolvido imediatamente mediante voto da maioria dos diretores autorizados desta corporação para dissolver tal capítulo. Salvo proibição por lei nacional, o capítulo deverá devolver todos os fundos a esta corporação dentro de trinta (30) dias após o recebimento de aviso por escrito de dissolução. Qualquer capítulo proposto para ser terminado terá direito a aviso por escrito especificando os motivos para tal término proposto, dado pelo menos trinta (30) dias antes

da reunião na qual tal término será votado, e terá direito a ser ouvido oralmente ou por escrito pelo Conselho de Administração não menos de cinco (5) dias antes do Conselho de Administração votar sobre a dissolução de tal capítulo.

Seção 5. Diretor Executivo. Um Diretor Executivo, se houver tal pessoa, auxiliará o Presidente e fornecerá serviços de gerenciamento como agente desta corporação. Ele/ela terá todos os poderes e desempenhará todos os deveres especificados em um contrato escrito assinado pelo Presidente e aprovado pela maioria dos diretores autorizados.

O Diretor Executivo terá um mandato de 1 ano, com renovação sujeita a revisão anual e aprovação pelo Conselho de Administração.

## ARTIGO VI - DIVERSOS

Seção 1. Contratos. O Conselho de Administração pode autorizar qualquer oficial ou diretor a ser um agente ou agentes desta corporação, além dos oficiais autorizados por estes estatutos, para entrar em qualquer contrato ou executar e entregar qualquer instrumento em nome desta corporação, e tal autoridade pode ser geral ou limitada a casos específicos.

Seção 2. Cheques, Saques, Etc. Todos os cheques, saques ou ordens para pagamento de dinheiro, notas ou outros títulos de dívida emitidos em nome desta corporação serão assinados por tal oficial ou oficiais, agente ou agentes, desta corporação e da maneira que de tempos em tempos seja determinada por resolução do Conselho de Administração. Na ausência de tal determinação pelo Conselho de Administração, tais instrumentos serão assinados pelo Tesoureiro e contra assinados pelo Presidente desta corporação.

Seção 3. Depósitos. Todos os fundos desta corporação serão depositados de tempos em tempos em nome desta corporação em bancos, companhias de confiança ou outros depositários que o Conselho de Administração possa selecionar.

Seção 4. Doações. O Presidente desta corporação ou seu designado está autorizado a aceitar doações que apoiem os propósitos desta corporação conforme estabelecido nos estatutos desta corporação, quer a doação seja para um ou mais projetos ou objetivos específicos ou para o suporte geral dos programas desta corporação.

## ARTIGO VII - LIVROS E REGISTROS

Esta corporação manterá versões controladas e aprovadas de seus estatutos e estatutos até a data, que estarão abertos à inspeção pelos membros.

Esta corporação manterá livros e registros de contabilidade adequados e corretos e manterá também atas das deliberações de seus membros, Conselho de Administração e comitês do Conselho e manterá também um registro dos nomes e informações de contato dos membros com direito a voto. As atas serão mantidas em forma escrita (física ou eletrônica). Outros livros e registros serão mantidos em forma escrita ou em qualquer outra forma capaz de ser convertida em forma escrita.

Sujeito às disposições das leis aplicáveis de Informações Pessoais Identificáveis e do Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR), adotado como Política da INCOSE, as Informações Pessoais Identificáveis dos membros não são compartilhadas pela INCOSE sem a permissão explícita do membro individual. Todos os outros livros e registros desta corporação podem ser inspecionados por qualquer membro, ou seu agente ou advogado para qualquer propósito adequado em qualquer momento razoável. Qualquer direito de inspeção inclui o direito de copiar e fazer extratos e se estende aos registros de cada subsidiária desta corporação, se houver.

## ARTIGO VIII - RELATÓRIOS ANUAIS E OUTROS

Seção 1. Declaração Anual de Certas Transações. O Conselho de Administração deverá fazer preparar anualmente e disponibilizar aos membros e diretores, dentro de cento e vinte (120) dias após o término do ano fiscal desta corporação, uma declaração que descreva brevemente cada uma das seguintes transações, se houver:

(a) Qualquer "transação coberta" (excluindo a compensação de oficiais e diretores) durante o ano fiscal anterior envolvendo mais de cem mil dólares (US\$100.000), ou que foi uma das várias "transações cobertas" nas quais o mesmo "pessoa interessada" tinha um interesse financeiro direto ou indireto material, e que transações no total envolviam mais de cem mil dólares (US\$100.000); e

Nota: Para os fins desta seção, uma "transação coberta" com uma "pessoa interessada" significa uma transação na qual esta corporação foi parte, e na qual qualquer uma das seguintes pessoas teve um interesse financeiro direto ou indireto material: qualquer diretor ou oficial desta corporação; ou qualquer titular de mais de dez por cento (10%) do poder de voto desta corporação. Uma direção comum não é um interesse financeiro material dentro do significado desta seção. A descrição de tal "transação coberta" deve incluir os nomes das "pessoas interessadas" envolvidas nessa transação, indicando a relação dessa pessoa com esta corporação, a natureza do interesse dessa pessoa na transação e, quando praticável, o valor desse interesse; desde que, no caso de uma transação com uma parceria da qual tal pessoa é parceira, apenas o interesse da parceria precisa ser declarado.

(b) Qualquer indenização ou adiantamento totalizando mais de vinte mil dólares (US\$20.000) pagos durante o ano fiscal a qualquer oficial ou diretor desta corporação nos termos da Seção 7237 ou qualquer seção sucessora do Código Corporativo da Califórnia que disponha sobre a indenização de oficiais e diretores; desde que nenhum relatório desse tipo seja necessário no caso de indenização aprovada pelos membros. O valor e as circunstâncias dessa indenização devem ser declarados.

Se esta corporação emitir um relatório nos termos da Seção 2 deste artigo, a declaração exigida por esta seção deve ser incluída no mesmo.

Seção 2. Informações Financeiras. Caso esta corporação receba cem mil dólares (\$100,000) ou mais em receitas brutas durante o ano fiscal, o Conselho de Administração deverá garantir que seja preparado anualmente, dentro de cento e vinte (120) dias após o término do ano fiscal desta corporação, um relatório anual contendo detalhadamente as seguintes informações:

(a) um balanço patrimonial ao final do referido ano fiscal e uma demonstração de resultados e demonstração das mutações do patrimônio líquido para o referido ano fiscal;

(b) uma declaração do local onde podem ser encontrados os nomes e endereços dos membros atuais; e

(c) qualquer informação exigida pela Seção 1 deste artigo.

O relatório exigido por esta seção deverá ser acompanhado por qualquer relatório de auditores independentes a respeito, ou, caso não haja tal relatório, pelo certificado de um Oficial autorizado desta corporação de que tais demonstrações foram preparadas sem auditoria a partir dos livros e registros desta corporação.

Esta corporação deverá notificar anualmente cada membro do direito de receber o relatório anual preparado conforme esta seção e enviar o relatório aos membros que o solicitarem.

Seção 3. Informações Legais. Conforme as Seções 1502, 1505, 1700, 1701 e 1702 ou quaisquer seções sucessoras do Código de Corporações da Califórnia, esta corporação deverá manter um Agente de Serviço de Processo, e a corporação deverá orientar o Agente de Serviço para contatar imediatamente o Secretário ou seu designado quando documentos legais forem recebidos de um tribunal. O Secretário ou designado, com o aconselhamento do Comitê Executivo, deverá orientar o Agente de Serviço para encaminhar os documentos ao advogado e outros conforme apropriado dentro de 72 horas após receber o aviso do Agente de Processo.

#### ARTIGO IX INDENIZAÇÃO

Esta corporação deverá, até o limite máximo permitido pelo Código de Corporações da Califórnia, indenizar cada um de seus diretores atuais e anteriores, Oficiais, Oficiais de Capítulo, funcionários ou outros agentes (doravante referidos coletivamente como "Agentes") contra despesas, julgamentos, multas, acordos e outros valores realmente incorridos em conexão com qualquer processo ou ameaça de processo decorrente do fato de qualquer dessas pessoas ser ou ter sido um Agente desta corporação.

Caso o direito à indenização precise ser baseado por lei em uma determinação do Conselho de Administração ou dos membros de que o Agente cumpriu os padrões de conduta prescritos por lei, o Agente poderá escolher qual corpo deve, ou se ambos os corpos devem, tomar tal determinação, e tal corpo deverá se reunir e alcançar uma determinação sobre o assunto dentro de um período razoável após o pedido para que tal corpo se reúna ser recebido pela corporação do Agente.

As despesas incorridas na defesa de qualquer processo podem ser adiantadas por esta corporação antes da disposição final do processo, mediante recebimento de um compromisso pelo Agente ou em nome do Agente de reembolsar o valor do adiantamento, a menos que seja determinado que o Agente tem direito à indenização conforme autorizado por este artigo.

O Conselho de Administração deverá autorizar esta corporação a comprar e manter seguros em nome de qualquer Agente contra qualquer responsabilidade afirmada ou incorrida por tal pessoa nessa capacidade ou decorrente do status da pessoa como tal, independentemente de esta corporação ter ou não o poder de indenizar tal pessoa contra tal responsabilidade.

#### ARTIGO X LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE DIRETORES E OFICIAIS VOLUNTÁRIOS

Exceto conforme previsto nas Seções 7233 ("Transação Envolvendo Diretores") ou 7236 ("Responsabilidade dos Diretores por Distribuição, Empréstimos e Garantias") do Código de Corporações da Califórnia, não há responsabilidade monetária por parte de, e nenhuma ação por danos será movida contra, qualquer diretor voluntário ou Oficial do Comitê Executivo voluntário desta corporação com base em qualquer suposta falha em cumprir os deveres da pessoa como diretor ou Oficial, se os deveres forem executados de maneira que atenda a todos os seguintes critérios:

- (a) os deveres são realizados de boa-fé;
- (b) os deveres são executados de maneira que o diretor ou Oficial acredite estar no melhor interesse desta corporação; e
- (c) os deveres são executados com o cuidado, incluindo investigação razoável, que uma pessoa prudente em posição semelhante usaria sob circunstâncias similares.

Para fins desta seção, "voluntário" significa a prestação de serviços sem compensação, "compensação" significa remuneração seja por salário, honorários ou outra consideração pelos serviços prestados (o pagamento de diária, quilometragem ou outras despesas de reembolso a um diretor ou Oficial do Comitê Executivo não afeta o status dessa pessoa como voluntário para fins desta seção), e "Oficial do Comitê Executivo" significa o Presidente, Presidente-Eleito, Secretário ou Tesoureiro da corporação que auxilia na definição da política da corporação.

#### ARTIGO XI EMPRÉSTIMOS, GARANTIAS E AVANÇOS CORPORATIVOS

Exceto conforme previsto pela Seção 7235 ou seções sucessoras do Código de Corporações da Califórnia, esta corporação não fará empréstimos de dinheiro ou propriedade ou garantirá a obrigação de:

- (a) qualquer diretor ou Oficial desta corporação; ou
- (b) qualquer pessoa com base na segurança de membros desta corporação, a menos que tal garantia de empréstimo seja adequadamente garantida.

#### ARTIGO XII ALTERAÇÕES NOS ESTATUTOS

Novos estatutos podem ser adotados, ou estes estatutos podem ser alterados ou revogados, mediante aprovação da maioria do Conselho de Administração autorizado ou mediante aprovação dos membros; no entanto, nenhuma alteração sobre os seguintes assuntos poderá ser adotada exceto mediante aprovação dos membros desta corporação:

- (a) uma alteração na Seção 2 do Artigo III alterando o número máximo ou mínimo de diretores desta corporação;
- (b) uma alteração que aumente o mandato de qualquer diretor conforme previsto na Seção 4 do Artigo III;
- (c) uma alteração que aumente o quórum em uma reunião de membros estabelecido na Seção 9 do Artigo II;
- (d) afetar material e adversamente os direitos dos membros quanto a votação, dissolução, resgate ou transferência;

- (e) autorizar uma nova classe de membros;
- (f) uma alteração na Seção 3 do Artigo III que altere o número máximo, mínimo ou exato de diretores que são nomeados em vez de eleitos ou que altere o método de nomeação desses diretores; ou
- (f) uma alteração que aumente o quórum em uma reunião regional especial de membros estabelecida na Seção 14 do Artigo II.

## CERTIFICADO DO SECRETÁRIO

Eu, o abaixo-assinado, certifico que sou o Secretário atualmente eleito e atuante do *International Council On Systems Engineering* (INCOSE), uma corporação mutual sem fins lucrativos da Califórnia, e que os estatutos acima, compreendendo 20 páginas, são os estatutos desta corporação conforme alterados por voto unânime do Conselho de Administração, em 3 de março de 2020.

Data: 03 de março de 2020

Assinado digitalmente por Kayla Marshall

Secretária

## Exhibit B

BYLAWS  
of  
INTERNATIONAL COUNCIL ON SYSTEMS ENGINEERING

## ARTICLE I PURPOSE AND MEMBERSHIP

Section 1. Purpose. This corporation's purpose shall be to foster the definition, understanding, and practice of world class systems engineering in industry, academia, and government.

## Section 2. Classes of Members.

- (a) Voting Members. This corporation shall have one (1) class of voting members. These members shall be deemed to be "members" within the meaning of Section 5056 (or any successor section) of the California Nonprofit Corporation Law (the "California Corporations Code") and are referred to in these bylaws as the "members." The categories of voting members shall be the following: (1) Regular members and (2) Senior members.
- (b) Non-Voting Members. A non-voting class of membership shall be established for the following non-voting membership categories: (1) Corporate Advisory Board, (2) Associates, and (3) Student members.

Section 3. Selection. All individuals, corporations, other business entities, governmental agencies, not-for-profit organizations and academic institutions who support the purpose of this corporation as set forth in Section 1 above may become members of this corporation upon payment of the annual fees established for members by the Board of Directors. Each member shall remain a member for so long as it pays the applicable fees and otherwise remains a member in good standing of this corporation.

A Corporate Advisory Board shall exist to represent the Systems Engineering needs of Corporate Advisory Board members of INCOSE. Each Corporate Advisory Board membership shall be assigned a seat on the Corporate Advisory Board upon payment of a one-time Corporate Advisory Board initiation fee and annual Corporate Advisory Board membership fee thereafter as determined by the Board of Directors.

This corporation supports the principles of equality, equal opportunity and equal treatment under the law. This corporation is open to all persons, without regard to race, creed, color, national origin, age, sex, or status as a disabled or other veteran, or the presence of a disability.

Section 4. Membership Fees. Any class of membership can be issued for no payment or for such payment as is determined by the Board of Directors. This corporation may issue the whole or any part of its membership as partly paid and subject to call for the remainder of the payment to be paid therefore. All membership fees paid are non-refundable. Members may be admitted on a rolling basis for one-year periods.

## Exhibit B

Section 5. Multiple and Fractional Memberships. No person or entity may hold more than one membership, and no fractional memberships may be held.

Section 6. Transfer of Memberships. Membership in this corporation, or any rights arising therefrom, are not transferable or assignable.

Section 7. Term and Termination of Membership. Membership term is twelve (12) contiguous months and the obligations to pay fees continues from year to year. Unless terminated earlier in accordance with this section, a membership will expire at a timeframe determined by the sole discretion of the board, which shall be communicated to the member after the renewal date unless the membership has been renewed by payment of membership fees.

A member may resign its membership at any time by notifying the Secretary or designee appointed by the board of this corporation. Resignation, however, shall not relieve the resigning member from any obligation for charges incurred, services or benefits actually rendered, assessments or fees, or arising from contract, or otherwise, and shall not diminish any right of this corporation to enforce any such obligation against or obtain damages from such member. A member will not be liable for membership fees if it promptly quits upon receipt of an invoice for such dues.

The rights, powers and privileges of membership in this corporation (a) shall immediately terminate for a member upon the death or dissolution of the member or the member's resignation from this corporation, and (b) may not be sold, pledged, encumbered, assigned or otherwise transferred by any member in any manner whatsoever.

The rights, powers and privileges of membership in this corporation shall immediately terminate with respect to a member upon a vote by a majority of the authorized directors of this corporation to expel such member. Any member proposed to be terminated shall be entitled to written notice specifying the grounds for such proposed termination, given at least thirty (30) days prior to the meeting at which such termination is to be voted upon, and shall be entitled to be heard orally or in writing by the Board of Directors not less than five (5) days before the Board of Directors votes upon the expulsion of such member.

## ARTICLE II MEETINGS OF MEMBERS

Section 1. Regular Meetings. Regular meetings of members (or equivalent if called something other than Regular meeting, but still duly called and notice in accordance with these Bylaws) shall be held annually at such date and place as shall be designated by the Board of Directors for the purpose of electing directors and for transacting such other business as may properly come before the members. Such elections or business may also be accomplished through electronic meetings, or written or electronic ballot per Section 12.

Section 2. Special Meetings. Special meetings of members may be called by the Board, the Board Chair or the President. In addition, special meetings of members for any lawful purpose may be called by five percent (5%) or more of the members. No business may be transacted at a special meeting unless the general nature of such business was stated in the notice of the special

## Exhibit B

meeting. Upon request in writing to the Board Chair or the President by any person or group authorized by these bylaws to call a special meeting, an Officer of this corporation shall cause notice to be given to the members, in accordance with Section 5 of this Article II, that a meeting will be held at the time fixed by the Board, which time shall not be less than thirty-five (35) nor more than ninety (90) days after the receipt of the request. This notice shall be given within twenty (20) days after receipt of the request. Special meetings may be accomplished through electronic means in accordance with Section 12 of these Bylaws.

Section 3. Members not physically present in person at a meeting of members may participate in the meeting by electronic means, be deemed present in person, and vote at the meeting.

Section 4. "Electronic means" for transmission by or to the corporation includes:

- (a) facsimile telecommunication
- (b) electronic mail address
- (c) electronic remote connections, such as teleconference, video communication, or similar,
- (d) posting on an electronic message board or network which the corporation has designated for those communications, together with a separate notice to the recipient of the posting, which transmission shall be validly delivered upon the later of the posting or delivery of the separate notice thereof, or
- (e) other means of electronic communication approved by the Board,

Records: Meetings held by electronic means must create records that are capable of retention, retrieval, and review, and that may thereafter be rendered into clearly legible tangible form. However, an electronic transmission by the corporation to an individual member is not authorized unless, in addition to satisfying the requirements of this section, the transmission satisfies the requirements applicable to consumer consent to electronic records as set forth in the Electronic Signatures in Global and National Commerce Act (15 U.S.C. Sec. 7001(c)(1)).

Section 5. A meeting of the members may be conducted, in whole or in part, by electronic means:

- (a) if the corporation implements reasonable measures to provide members in person and participating by electronic means a reasonable opportunity to participate in the meeting and to vote on matters submitted to the members, including an opportunity to read or hear the proceedings of the meeting substantially concurrently with those proceedings, and
- (b) if any member votes or takes other action at the meeting by electronic means, a record of that vote or action is maintained by the corporation.

Section 6. Place of Meeting. The Board of Directors may designate any place as the place of meeting for any regular meeting. If no designation is made or if a special meeting be otherwise called, the place of meeting shall be the principal office of this corporation.

Section 7. Record Date. The Board may fix, in advance, a date as the record date for the purpose of:

- (a) determining the members entitled to notice of any meeting of members
- (b) determining the members entitled to vote at a meeting of members

## Exhibit B

- (c) determining the members entitled to cast written or electronic ballots
- (d) determining the members entitled to exercise any rights in respect of any other lawful action

Such record date shall not be more than ninety (90) or less than ten (10) days before the date of the meeting. A determination of members entitled to notice of a meeting of members, vote, cast written or electronic ballot, or exercise any rights in respect of any other lawful action shall apply to any adjournment of the meeting unless the Board fixes a new record date for the adjourned meeting.

Section 8. Notice of Meeting. Whenever members are required or permitted to take any action at a meeting, a written notice of the meeting shall be given not less than ten (10) nor more than ninety (90) days before the date of the meeting to each member who, on the record date for the meeting, is entitled to vote thereat; provided, however, that if notice is given by mail, and the notice is not mailed first-class, registered or certified mail, that notice shall be given not less than twenty (20) days before the meeting. Such notice shall state the place, date and time of the meeting and, the means of electronic transmission by and to the corporation (Article II, Section 4) or electronic video communication, if any, by which members may participate in that meeting, and

- (a) in the case of a special meeting, the general nature of the business to be transacted, or
- (b) in the case of the regular meeting, those matters which the Board, at the time of the mailing of the notice, intends to present for action by the members. The notice of any meeting at which directors are to be elected shall include the names of all those who are nominees at the time the notice is sent to members.

If approval of the members is sought concerning any of the following matters, the general nature of the proposal must be stated in the notice of meeting or in any written waiver of notice:

- (a) The removal of a director or directors;
- (b) The filling of a vacancy on the Board of Directors;
- (c) An amendment to the articles of incorporation;
- (d) The approval of a contract or other transaction between this corporation and one or more of its directors, or between this corporation and any domestic or foreign corporation, firm or associate in which one or more of its directors have a material financial interest; or
- (e) The voluntary dissolution of this corporation or the approval of a plan of distribution as part of a voluntary dissolution of this corporation.

Notice of a meeting of members shall be given either personally, by electronic means, or by mail or other means of written communication, addressed to the member at the address of such member appearing on the books of this corporation or given by the member to this corporation for purpose of notice. The corporation shall make reasonable efforts to post the notice on its general media (e.g., website, social media, newsletter) in case any address is not given or fails.

When a meeting of members is adjourned to another time or place, notice need not be given of the adjourned meeting if the time and place thereof (or electronic means, if any, by which

## Exhibit B

members may participate) are announced at the meeting at which the adjournment is taken. If the adjournment is for more than forty-five (45) days or if after the adjournment a new record date is fixed for the adjourned meeting, a notice of the adjourned meeting shall be given to each member of record entitled to vote at the meeting.

Section 9. Quorum and Adjournment. Five (5) percent of the voting members but not less than one hundred (100) voting members of the members entitled to vote for the election of directors, shall constitute a quorum at a meeting of members. Only notices of matters may be placed before the membership for a vote. In the absence of a quorum, any meeting of members may be adjourned from time to time by the vote of a majority of the votes represented in person, but no other business may be transacted, except as provided by law.

Section 10. Manner of Acting. Each member shall be entitled to one (1) vote on each matter submitted to a vote of the members. If a quorum is present, the affirmative vote of the majority of the voting power represented at the meeting, entitled to vote, and voting on any matter shall be the act of the members, unless the vote of a greater number is required by law or these bylaws. The members present at a duly called or held meeting at which a quorum is present may continue to transact business until adjournment notwithstanding the withdrawal of enough members to leave less than a quorum, if any action taken (other than adjournment) is approved by at least a majority of the voting power required to constitute a quorum.

Section 11. Voting by Proxies. There will be no right to act by proxy.

Section 12. Voting by Written or Electronic Ballot. Any action which may be taken at any regular or special meeting of members may be taken without a meeting if this corporation distributes a written or electronic ballot to every member entitled to vote on the matter. Such ballot shall set forth the proposed action, provide an opportunity to specify approval or disapproval of any proposal, and provide thirty (30) days from the notification of the ballot to return the ballot to this corporation.

Approval by written or electronic ballot shall be valid only when the number of votes cast by ballot within the time period specified, or any extension thereof, equals or exceeds the quorum required to be present at a meeting authorizing the action, and the number of approvals equals or exceeds the number of votes that would be required to approve at a meeting at which the total number of votes cast was the same as the number of votes cast by ballot.

Distribution and solicitation of ballots may be performed either personally, by electronic means, or by mail or other means of written communication, addressed to the member at the address of such member appearing on the books of this corporation or given by the member to this corporation for purpose of notice. The corporation may also post the notice on its general media (e.g., website, social media, newsletter) in case any address is not given or fails.

If any written ballot addressed to a member at the address of such member appearing on the books of this corporation is returned to this corporation by the delivery service and marked as being unable to be delivered, all future notices shall be deemed to have been duly given without further delivery if the same shall be available for the member upon written demand of the

## Exhibit B

member at the principal office of this corporation for a period of one (1) year from the date of the giving of the notice to all other members. An electronic ballot distributed by electronic transmission by the corporation under this paragraph shall be valid only if it complies with Article II, Section 4. Notwithstanding the foregoing, a ballot shall not be given by electronic transmission by the corporation under this paragraph after either of the following:

- (a) The corporation is unable to deliver two consecutive ballots to the member by that means;
- (b) The inability to so deliver the ballots to the member becomes known to the Secretary or other person responsible for the giving of the notice.

In any election of directors, any form of written ballot or electronic ballot in which the directors to be voted upon are named therein as candidates and which is marked by a member "withhold" or otherwise marked in a manner indicating that the authority to vote for the election of directors is withheld, including not indicating any choice, shall not be registered or counted as a vote either for or against the election of a director.

All such solicitations of written or electronic ballots shall indicate the number of responses needed to meet the quorum requirement and, with respect to ballots other than for the election of directors, shall state the percentage of approvals necessary to pass the measure submitted. The solicitation must specify the time by which the ballot must be received in order to be counted.

A written or electronic ballot cannot be revoked.

Section 13. Inspectors of Election. In advance of any meeting of members, the Board may appoint inspectors of election to act at the meeting and any adjournment thereof. If inspectors of election are not so appointed, or if any person so appointed fails to appear or refuses to act, the chair of any meeting of members may, and on the request of any member present shall appoint inspectors of election (or persons to replace those who so fail or refuse) at the meeting. The number of inspectors shall be either one (1) or three (3). If appointed at a meeting on the request of one (1) or more members present the majority of members present shall determine whether one (1) or three (3) inspectors are to be appointed.

The inspectors of election shall: determine the number of memberships outstanding and the voting power of each, the number represented at the meeting and the existence of a quorum; receive votes, ballots or consents; hear and determine all challenges and questions in any way arising in connection with the right to vote; count and tabulate all votes or consents, determine when the polls shall close; determine the result and do such acts as may be proper to conduct the election or vote with fairness to all members.

The inspectors of election, if any, shall perform their duties impartially, in good faith, to the best of their ability and as expeditiously as is practical. If there are three (3) inspectors of election, the decision, act or certificate of a majority is effective in all respects as the decision, act or certificate of all.

## Exhibit B

Section 14. Special Sector Meetings. Special meetings of members of a sector may be called by the Board, the Board Chair or the President for the purpose of voting on removal of an appointed director representing the sector. In addition, special sector meetings may be called for the purpose of removing an appointed director representing a sector by five percent (5%) or more of the presiding Officers of chapters in the sector represented. Upon request in writing to the Board Chair or the President by any person or group authorized by these bylaws to call a special sector meeting, an Officer of this corporation shall cause notice to be given to the presiding Officers, in accordance with Section 8 of this Article II, that a meeting will be held at the time fixed by the Board, which time shall not be less than thirty-five (35) nor more than ninety (90) days after the receipt of the request. This notice shall be given within twenty (20) days after receipt of the request.

Sections 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 and 13 of this Article II apply to special sector meetings with the exception that the quorum for a sector meeting is two-thirds of the presiding Officers entitled to vote for the appointment of a director representing a sector.

## ARTICLE III BOARD OF DIRECTORS

Section 1. General Powers. Subject to the applicable provisions of the California Corporations Code and any limitation in the articles and bylaws of this corporation, the activities and affairs of this corporation shall be conducted and all corporate powers shall be exercised by or under the direction of the Board. The Board may delegate the management of the activities of this corporation to any person or persons, management company, or committee however composed, provided that the activities and affairs of this corporation shall be managed and all corporate powers shall be exercised under the ultimate direction of the Board.

Section 2. Number and Classes of Directors. The authorized number of directors of this corporation shall not be less than seven (7) nor more than twenty (20). The exact number of directors may be fixed within the limits specified in this Section 2 by a bylaw duly adopted by the members or by resolution of the Board of Directors. The minimum or maximum number of directors provided in this Section 2 may be changed or a definite number fixed without provision for an indefinite number, by a bylaw duly adopted by the affirmative vote of a majority of the members entitled to vote.

The classes of directors shall be Officer, at-large, and appointed director positions. The Officer positions shall be President, President-Elect, Treasurer, and Secretary.

Section 3. Selection. Directors of this corporation shall be members of the corporation.

By resolution, the Board of Directors shall establish three (3) sectors consistent with the geographic distribution of chapters by stated address. Three (3) appointed director positions shall be appointed by the Presidents of INCOSE chapters.

The President of each chapter within a sector shall have one vote for the appointment of the director representing the sector within which the chapter is located. Each of these directors shall be appointed upon receiving the highest number of votes cast by the presiding Officers within

## Exhibit B

the sector by written or electronic ballot. The quorum for appointing these directors is two-thirds of the presiding Officers entitled to vote for the appointment of a director representing a sector.

One (1) appointed director position shall be appointed by the Corporate Advisory Board.

One (1) appointed director position shall be the Technical Director. The Technical Director shall be nominated by the President and approved by majority vote of the Board of Directors.

One (1) appointed director position shall be the Services Director. The Services Director shall be nominated by the President and approved by majority vote of the Board of Directors.

The Officers and At-Large Directors shall be elected at a regular meeting of the members or by written or electronic ballot or in any other manner authorized by law. Each member eligible to vote shall cast the number of votes held, without the right to cumulate votes, for each Officer position and At-large Director position to be filled. In any election by members, the candidates receiving the highest number of votes are elected. Elections need not be by ballot unless a member demands election by ballot at the meeting and before the voting begins.

By resolution, the Board of Directors shall authorize a nomination and selection procedure which includes a reasonable means for members to nominate persons for election as directors, a reasonable opportunity for a nominee to communicate to the members the nominee's qualifications and the reasons for the nominee's candidacy, a reasonable opportunity for all nominees to solicit votes, and a reasonable opportunity for all members to choose among the nominees.

In any event, two (2) percent or more of the members may nominate a person for election as an Officer or At-Large Director, if they have delivered a signed petition to an Officer of this corporation within eleven (11) months preceding the next time directors will be elected.

Section 4. Term. Each director shall hold office as stated in Table 2 until the expiration of the term for which elected and until a successor has been elected and installed, except as otherwise provided by these bylaws.

Table 2  
BOARD OF DIRECTORS TERMS OF OFFICE

Officers	2 Years
At-Large Directors	3 Years
Directors Appointed to represent the Sectors	3 Years
Director Appointed by the Corporate Advisory Board	2 Years
Technical Director	2 Years
Services Director	2 Years

Section 5. Regular Meetings. The Board of Directors may fix by resolution the time and place for the holding of regular meetings of the Board without other notice than such resolution.

## Exhibit B

Notice of any change in the time or place of regular meetings shall be given to all of the directors in the same manner as notice for special meetings of the Board of Directors.

Section 6. Special Meetings. Special meetings of the Board of Directors for any purpose or purposes may be called by the Board Chair, President, President-Elect, Secretary, or any two (2) directors.

Section 7. Notice. Special meetings of the Board of Directors shall be held upon at least two (2) days' notice so long as a quorum is reached according to Article III, Section 8. The business to be transacted at the meeting need not be specified in the notice of such meeting, unless specifically required by law or by these bylaws.

Section 8. Quorum and Adjournment. A majority of the number of directors authorized by these bylaws shall constitute a quorum for the transaction of business at any meeting of the Board. A majority of the directors present, whether or not a quorum is present, may adjourn the meeting for twenty-four (24) hours or less without further notice. If the meeting is adjourned for more than twenty-four (24) hours, notice of any adjournment to another time or place shall be given prior to the time of the adjourned meeting to the directors who were not present at the time of the adjournment.

Section 9. Manner of Acting. The act of a majority of the directors present at a meeting duly held at which a quorum is present shall be the act of the Board of Directors, unless the act of a different number is authorized by law, the articles of incorporation or these bylaws. A meeting at which a quorum is initially present may continue to transact business notwithstanding the withdrawal of directors, if any action taken is approved by at least a majority of the required quorum for such meeting.

Members of the Board of Directors may participate in a meeting through use of electronic means. Participation in a meeting in such a manner constitutes presence in person at such meeting.

Section 10. Action Without a Meeting of the Board. Any action required or permitted to be taken by the Board of Directors may be taken without a meeting if all members of the Board individually or collectively consent in writing or electronic communication to such action. Such consent or consents shall be filed with the minutes of the proceedings of the Board. Such action by consent shall have the same force and effect as a unanimous vote of such directors.

Section 11. Directors' Duty of Care. A director shall perform the duties of a director, including duties as a member of any committee of the Board upon which the director may serve, in good faith, in a manner such director believes to be in the best interests of this corporation and with such care, including reasonable inquiry, as an ordinarily prudent person in a like position would use under similar circumstances.

In performing the duties of a director, the director shall be entitled to rely on information, opinions, reports or statements, including financial statements and other financial data, in each case prepared or presented by:

## Exhibit B

- (a) one or more Officers or members or employees of this corporation whom the director believes to be reliable and competent in the matters presented;
- (b) counsel, independent accountants or other persons as to matters which the director believes to be within such person's professional or expert competence; or
- (c) a committee of the Board upon which the director does not serve, as to matters within its designated authority, which committee the director believes to merit confidence, so long as, in any such case, the director acts in good faith, after reasonable inquiry when the need therefore is indicated by the circumstances and without knowledge that would cause such reliance to be unwarranted.

Section 12. Directors' Duty of Loyalty. Subject to being able to comply with Section 7233(a)(3) of the California Corporations Code or any successor section thereto, no contract or other transaction between this corporation and one or more of its directors, or between this corporation and any domestic or foreign corporation, firm or association in which one or more of this corporation's directors has a material financial interest shall be authorized, approved or ratified by the Board or a committee of the Board unless the material facts as to the transaction and as to the director's or directors' interest are fully disclosed or known to the Board or committee, the Board or committee of the Board authorizes, approves or ratifies the contract or the transaction in good faith by a vote sufficient without counting the vote of the interested director or directors and the contract or the transaction is just and reasonable as to this corporation at the time it is authorized, approved or ratified. Within the meaning of this section, a "material financial interest" does not include a common directorship. A director is not interested within the meaning of this section in a resolution fixing the compensation of another director as a director, Officer or employee of this corporation, notwithstanding the fact that the first director is also receiving compensation from this corporation.

Subject to being able to comply with Section 7233(b)(2) of the California Corporations Code or any successor section thereto, no contract or other transaction between this corporation and any corporation, business corporation or association in which one or more directors are directors, shall be authorized, approved or ratified by the Board or a committee of the Board unless the material facts as to the transaction and as to the director's or directors' common directorships are fully disclosed and known to the Board or committee of the Board, and the Board or committee of the Board authorizes, approves or ratifies the transaction in good faith by a vote sufficient without counting the vote of the common director or directors.

Interested directors may be counted in determining the presence of a quorum at a meeting of the Board which authorizes, approves or ratifies a transaction pursuant to this section.

Section 13. Removal and Filling Vacancies. The Board may declare vacant the office of a director who has:

- (a) been declared of unsound mind by a final order of a court, or convicted of a felony, or, with regard to assets held in charitable trust, has been found by a final order or judgment of any court to have breached any duty arising under Section 7238 of the California Corporations Code or any successor section thereto.
- (b) failed to attend two (2) meetings within a 12-month time period, including both regular and special meetings.

## Exhibit B

(c) been determined by a majority of the Board of Directors to have failed to perform responsibilities as detailed in the applicable position description on a regular basis.

Any or all directors may be removed by the members, if deemed to have failed to meet the responsibilities of the position per the applicable position description. Such removal shall be approved by at least five (5) percent but not less than one hundred (100) of the members entitled to vote.

No reduction of the authorized number of directors shall have the effect of removing any director prior to the expiration of such director's term of office.

Any vacancy occurring on the Board of Directors of an At-large Director or of an Officer, including a vacancy created by reason of the removal of a director, as well as any directorship to be filled by reason of an increase in the number of directors shall be filled by approval of the Board or, if the number of directors then in office is less than a quorum, by (1) the unanimous written consent of the directors then in office, (2) the affirmative vote of a majority of the directors then in office at a duly held meeting, or (3) a sole remaining director. The members may elect a director at any time to fill any vacancy not filled by the directors. A director elected to fill a vacancy shall hold office during the unexpired term of his/her predecessor in office and until his/her successor is elected. A vacancy on the Board of Directors of an appointed director shall be filled in the same manner in which said director is appointed. If the appointing authority fails to fill said vacancy within a period of 30 (thirty) days of its declaration, the Board of Directors may fill the vacancy by appointing a Director to serve until the appointing authority fills the vacancy or until the expiration of the term, whichever occurs first.

Section 14. Compensation. Directors and members of committees may receive such compensation, if any, for their services and such reimbursement of expenses as may be determined by resolution of the majority of the authorized Board of Directors to be just and reasonable or as may be approved by the members.

Section 15. No Interest in Assets. During the life of this corporation, no director shall possess any property right in or to the property of this corporation. In the event this corporation owns or holds any property upon its dissolution and winding up, after paying or adequately providing for its debts and obligations, the directors shall dispose of the remaining property in accordance with the provisions of the articles of incorporation and the California Corporations Code.

INCOSE shall use its funds only to accomplish the objectives and purposes specified in these bylaws and no part of its funds shall inure to or be distributed to the members of INCOSE. On dissolution of INCOSE, the net assets remaining after payment of all debts shall revert to a non-profit corporation within 90 days of dissolution, to be used for educational purposes under Section 501 (c) (3) of the U.S. Internal Revenue Code as it now exists or as may be amended. This clause supersedes any previous clause regarding dissolution of INCOSE.

Section 16. Resignation. Any director may resign effective upon giving written notice to the Board Chair, the President, the Secretary or the Board of Directors of this corporation, unless the notice specifies a later time for the effectiveness of such resignation. If the resignation is

## Exhibit B

effective at a future time, a successor may be elected to take office when the resignation becomes effective.

## ARTICLE IV OFFICERS

Section 1. Officers. Officers of this corporation are directors in accordance with Article III. The Officers of this corporation shall be a President, a Secretary, a Treasurer, a President-Elect, and at the option of the Board of Directors, a chair. The President, President-Elect, Secretary and Treasurer must be different persons.

Section 2. Selection and Term of Office. The Officers of this corporation shall be elected in accordance with Article III of these bylaws, and if there is a chair, in accordance with Section 6 of this Article.

Section 3. Removal. See Article III of these bylaws and Section 6 of this Article.

Section 4. Resignation. Any Officer may resign at any time upon written notice to this corporation without prejudice to the rights, if any, of this corporation under any contract to which the Officer is a party.

Section 5. Vacancies. A vacancy in any office because of death, resignation, removal, disqualification or otherwise may be filled by the Board of Directors by an appointment to complete the remainder of the term that has been vacated,

Section 6. Board Chair. The Board Chair, if there shall be such an Officer, shall, if present, preside at all meetings of the Board of Directors, and exercise and perform such other powers and duties as may be from time to time assigned to the Board Chair by the Board of Directors or prescribed by these bylaws. The chair shall be a Director elected by a majority vote of the Board of Directors for a term of one year and may be removed by a majority vote of the Board of Directors.

Section 7. President. The President shall be the Chief Executive Officer of this corporation. Subject to such powers and duties, if any, as may be prescribed by these bylaws or the Board of Directors for the Board Chair, the President shall, subject to the control of the Board of Directors, have general supervision, direction and control of the business and Officers of this corporation. He/she shall preside at all meetings of the members and, in the absence of the Board Chair, at all meetings of the Board of Directors. He/she shall have all of the powers and shall perform all of the duties which are ordinarily inherent in the office of the President, and he/she shall have such further powers and shall perform such further duties as may be prescribed for him/her by the Board of Directors.

Section 8. Treasurer. The Treasurer shall be the Chief Financial Officer of this corporation and shall keep and maintain, or cause to be kept and maintained, adequate and correct books and records of account of this corporation. He/she shall receive and deposit all moneys and other valuables belonging to this corporation in the name and to the credit of this corporation and shall disburse the same only in such manner as the Board of Directors or the appropriate Officers of

## Exhibit B

this corporation may from time to time determine and shall render to the Chief Executive Officer and the Board of Directors, whenever they request it, an account of all his/her transactions as Treasurer and of the financial condition of this corporation. He/she shall have all of the powers and shall perform all of the duties incident to the office of Treasurer, and he/she shall have such further powers and shall perform such further duties as may be prescribed for him/her by the Board of Directors.

Section 9. Secretary. The Secretary shall keep or cause to be kept at the principal executive office of this corporation, or such other place as the Board of Directors may order, a book of minutes of all proceedings of the members and the Board of Directors, with the time and place of holding, whether regular or special, and if special how authorized, the notice thereof given, the names of those present at Directors' meetings, and the number of members present or represented at meetings of members. The Secretary shall keep or cause to be kept at the principal executive office or at such other place as the Board of Directors may order a record of members or a duplicate record of members showing the names of the members and their contact information. The Secretary shall oversee the management of membership for this corporation. The Secretary or, if he/she is absent or unable or refuses to act, any other Officer of this corporation, shall give or cause to be given notice of all the meetings of the members, the Board of Directors and committees of the Board required by the bylaws or by statute to be given, and he/she shall keep the seal of this corporation, if any, in safe custody. He/she shall have all of the powers and perform all of the duties incident to the office of Secretary, and he/she shall have such further powers and shall perform such further duties as may be prescribed for him/her by the Board of Directors.

Section 10. President-Elect. The President-Elect shall be the Chief Operations Officer of this corporation. The President-Elect shall assist the President. The President-Elect shall perform all of the duties of the President when the President is absent or disabled or has refused to act. When so acting, the President-Elect shall have all the powers of and be subject to all the restrictions upon the President. The President-Elect shall succeed to the position of the President upon completion of his/her term of office or if the President resigns. The President-Elect shall have such other powers and perform such other duties as may be prescribed for him/her by the Board of Directors.

#### ARTICLE V COMMITTEES, CHAPTERS, AND EXECUTIVE DIRECTOR

Section 1. Committees of Directors. The Board of Directors may, by resolution adopted by a majority of the number of directors then in office, provided that a quorum is present, create one or more committees, each consisting of two (2) or more directors, to serve at the pleasure of the Board. Appointments to such committees shall be by a majority vote of the directors then in office. The Board of Directors may appoint one or more directors as alternate members of any committee, who may replace any absent member at any meeting of the committee. Any such committee, to the extent provided in the resolution of the Board, shall have all the authority of the Board, except with respect to:

- (a) The approval of any action for which the California Corporations Code also requires approval of the members;

## Exhibit B

- (b) the filling of vacancies on the Board or on any committee which has the authority of the Board;
- (c) the fixing of compensation of the directors for serving on the Board or on any committee;
- (d) the amendment or repeal of any resolution of the Board which by its express terms is not so amendable or repealable;
- (f) the appointment of committees of the Board or the members thereof;
- (g) the expenditure of corporate funds to support a nominee for Director after there are more people nominated for Director than can be elected; or
- (h) with respect to assets held in charitable trust, the approval of any self-dealing transaction as defined by Section 5233 of the California Corporations Code or any successor section thereto, except as provided by law.

Section 2. Rules. Sections 5 to 16 of Article III of these bylaws shall also apply, with necessary changes in point of detail, to committees exercising the authority of the Board of Directors, if any, and to actions by such committees, except that:

- (a) the first sentence of Section 8 of Article III shall not apply, and a quorum of the committee shall be a majority of the authorized number of members of the committee and except that
- (b) special meetings of a committee may be called by any two members of the committee, unless otherwise provided by these bylaws or by the resolution of the Board of Directors designating such committees. For such purpose, references to "the Board" or "the Board of Directors" shall be deemed to refer to each such committee and references to "directors" or "members of the board" shall be deemed to refer to members of the committee.

Section 3. Other Committees. Other committees not having and exercising the authority of the Board of Directors in the management of this corporation may be designated by a resolution adopted by a majority of the authorized directors. Except as otherwise provided in such resolution, members of each such committee shall be members of this corporation. Each such committee may adopt rules for its own governance not inconsistent with the rules set forth by the Board of Directors in the resolution designating the committee.

Section 4. Chapters. The President may, by resolution adopted by a majority of the authorized directors, authorize chapters and those chapters shall operate in accordance with policies and procedures promulgated by the Board. The President may authorize an external entity to serve as a chapter under a written agreement that includes the terms and conditions for the association as a chapter of this corporation. Such agreements shall be reviewed every three (3) years. For an external entity, if there are local laws and regulations that drive differences in the bylaws of that entity, the necessary differences shall take precedence over the INCOSE bylaws.

A chapter shall immediately dissolve upon a vote by a majority of the authorized directors of this corporation to dissolve such chapter. Unless prohibited by national law, the chapter shall return all funds to this corporation within thirty (30) days of receipt of written notice of dissolution. Any chapter proposed to be terminated shall be entitled to written notice specifying the grounds for such proposed termination, given at least thirty (30) days prior to the meeting at which such

## Exhibit B

termination is to be voted upon, and shall be entitled to be heard orally or in writing by the Board of Directors not less than five (5) days before the Board of Directors votes upon the dissolution of such chapter.

Section 5. Executive Director. An Executive Director, if there shall be such a person, shall assist the President and provide management services as an agent of this corporation. He/she shall have all the powers and perform all of the duties specified in a written contract signed by the President and approved by a majority of the authorized directors.

The Executive Director shall have a term of 1 year with renewal subject to annual review and approval by the Board of Directors.

## ARTICLE VI MISCELLANEOUS

Section 1. Contracts. The Board of Directors may authorize any Officer or Director to be an agent or agents of this corporation, in addition to the Officers so authorized by these bylaws, to enter into any contract or execute and deliver any instrument in the name of and on behalf of this corporation, and such authority may be general or confined to specific instances.

Section 2. Checks, Drafts, Etc. All checks, drafts or orders for the payment of money, notes or other evidences of indebtedness issued in the name of this corporation shall be signed by such Officer or Officers, agent or agents, of this corporation and in such manner as shall from time to time be determined by resolution of the Board of Directors. In the absence of such determination by the Board of Directors, such instruments shall be signed by the Treasurer and countersigned by the President of this corporation.

Section 3. Deposits. All funds of this corporation shall be deposited from time to time to the credit of this corporation in such banks, trust companies or other depositories as the Board of Directors may select.

Section 4. Donations. The President of this corporation or his/her designee is authorized to accept donations which support the purposes of this corporation as set forth in the articles of incorporation of this corporation whether such donation is for one or more specific projects or objectives or is for the general support of this corporation's programs.

## ARTICLE VII BOOKS AND RECORDS

This corporation shall maintain controlled, approved versions of its articles and bylaws as amended to date, which shall be open to inspection by members

This corporation shall keep adequate and correct books and records of account and shall also keep minutes of the proceedings of its members, Board of Directors and committees of the Board and shall also keep a record of the names and contact information of the members entitled to vote. Minutes shall be kept in written form (physical or electronic). Other books and records

## Exhibit B

shall be kept either in written form or in any other form capable of being converted into written form.

Subject to the provisions of applicable Personally Identifiable Information laws and the European General Data Protection Regulation (GDPR) which is adopted as INCOSE Policy, members' Personally Identifiable Information is not shared by INCOSE without the explicit permission of the individual member. All other books and records of this corporation may be inspected by any member, or his/her agent or attorney for any proper purpose at any reasonable time. Any right of inspection includes the right to copy and make extracts and extends to the records of each subsidiary of this corporation, if any.

## ARTICLE VIII ANNUAL AND OTHER REPORTS

Section 1. Annual Statement of Certain Transactions. The Board of Directors shall cause to be prepared annually and made available to the members and directors, within one hundred twenty (120) days after the close of this corporation's fiscal year, a statement which briefly describes each of the following transactions, if any:

- (a) Any "covered transaction" (excluding compensation of Officers and Directors) during the previous fiscal year involving more than one hundred thousand dollars (\$100,000), or which was one of a number of "covered transactions" in which the same "interested person" had a direct or indirect material financial interest, and which transactions in the aggregate involved more than one hundred thousand dollars (\$100,000); and Note: For purposes of this section, a "covered transaction" with an "interested person" means a transaction in which this corporation was a party, and in which either of the following persons had a direct or indirect material financial interest: any director or Officer of this corporation; or any holder of more than ten percent (10%) of the voting power of this corporation. A common directorship is not a material financial interest within the meaning of this section. The description of such "covered transaction" should include the names of the "interested persons" involved in such transaction, stating such person's relationship to this corporation, the nature of such person's interest in the transaction and, where practicable, the amount of such interest; provided, that in the case of a transaction with a partnership of which such person is a partner, only the interest of the partnership need be stated.
- (b) Any indemnification or advance aggregating more than twenty thousand dollars (\$20,000) paid during the fiscal year to any Officer or director of this corporation pursuant to Section 7237 or any successor section of the California Corporations Code providing for the indemnification of Officers and directors; provided that no such report need be made in the case of indemnification approved by the members. The amount and circumstances of such indemnification should be stated.

If this corporation issues a report pursuant to Section 2 of this article, the statement required by this section shall be included therein.

## Exhibit B

Section 2. Financial Information. If this corporation receives one hundred thousand dollars (\$100,000) or more in gross revenues or receipts during the fiscal year, the Board of Directors shall cause to be prepared annually, within one hundred twenty (120) days after the close of this corporation's fiscal year, an annual report containing in appropriate detail the following information:

- (a) a balance sheet as of the end of such fiscal year and an income statement and statement of changes in financial position for such fiscal year;
- (b) a statement of the place where the names and addresses of the current members may be found; and
- (c) any information required by Section 1 of this article.

The report required by this section shall be accompanied by any report thereon of independent accountants, or, if there is no such report, the certificate of an authorized Officer of this corporation that such statements were prepared without audit from the books and records of this corporation.

This corporation shall notify each member annually of the member's right to receive the annual report prepared pursuant to this section and send the report to those members who request it.

Section 3. Legal Information. Pursuant to Sections 1502, 1505, 1700, 1701, and 1702 or any successor sections of the California Corporations Code, this corporation shall retain an Agent of Service of Process, and the corporation shall direct the Agent for Service to immediately contact the Secretary or designee when legal documents are received from a court. The Secretary or designee, with the advice of the Executive Committee, shall direct the Agent of Service to forward the documents to legal counsel and others as appropriate within 72 hours of receiving notice from the Agent of Process.

#### ARTICLE IX INDEMNIFICATION

This corporation shall, to the maximum extent permitted by the California Corporations Code, indemnify each of its present and former directors, Officers, Chapter Officers, employees or other agents (hereinafter collectively referred to as "Agents") against expenses, judgments, fines, settlements and other amounts actually and reasonably incurred in connection with any proceeding or any threatened proceeding arising by reason of the fact that any such person is or was an Agent of this corporation.

In the event that entitlement to indemnification is required by law to be based upon a determination by the Board of Directors or the members that the Agent has met the standards of conduct prescribed by law, the Agent may select which body shall, or that both bodies shall, make such determination, and such body shall meet and shall reach a determination on the issue within a reasonable period of time after request for such body to meet is received by the corporation from the Agent.

## Exhibit B

Expenses incurred in defending any proceeding may be advanced by this corporation prior to the final disposition of the proceeding upon receipt of an undertaking by or on behalf of the Agent to repay the amount of the advance unless it is determined ultimately that the Agent is entitled to be indemnified as authorized by this article.

The Board of Directors shall authorize this corporation to purchase and maintain insurance on behalf of any Agent against any liability asserted against or incurred by such person in such capacity or arising out of the person's status as such, whether or not this corporation would have the power to indemnify such person against such liability.

#### ARTICLE X LIMITATION OF LIABILITY OF VOLUNTEER DIRECTORS AND OFFICERS.

Except as provided in Section 7233 ("Transaction Involving Directors") or 7236 ("Directors' Liability for Distribution, Loans and Guaranties") of the California Corporations Code, there is no monetary liability on the part of, and no cause of action for damages shall arise against, any volunteer director or volunteer Executive Committee Officer of this corporation based upon any alleged failure to discharge the person's duties as a director or Officer if the duties are performed in a manner that meets all of the following criteria:

- (a) the duties are performed in good faith;
- (b) the duties are performed in a manner such director or Officer believes to be in the best interests of this corporation; and
- (c) the duties are performed with such care, including reasonable inquiry, as an ordinarily prudent person in a like position would use under similar circumstances.

For purposes of this section, "volunteer" means the rendering of services without compensation, "compensation" means remuneration whether by way of salary, fee, or other consideration for services rendered (the payment of per diem, mileage, or other reimbursement expenses to a director or Executive Committee Officer does not affect that person's status as a volunteer for purposes of this section), and "Executive Committee Officer" means the President, President-Elect, Secretary or Treasurer of the corporation who assists in establishing the policy of the corporation.

#### ARTICLE XI CORPORATE LOANS, GUARANTEES AND ADVANCES

Except as provided by Section 7235 or successor sections of the California Corporations Code, this corporation shall not make any loan of money or property to or guarantee the obligation of:

- (a) any director or Officer of this corporation; or
- (b) any person upon the security of memberships of this corporation, unless said loan guarantee is otherwise adequately secured.

#### ARTICLE XII AMENDMENTS TO BYLAWS

## Exhibit B

New bylaws may be adopted, or these bylaws may be amended or repealed, by the approval of a majority of the authorized Board of Directors or by the approval of the members; provided, however, that no amendment on the following matters may be adopted except by approval of the members of this corporation:

- (a) an amendment to Section 2 of Article III changing the maximum or minimum number of directors of this corporation;
- (b) an amendment increasing the term of any director as provided by Section 4 of Article III;
- (c) an amendment increasing the quorum at a meeting of members established by Section 9 of Article II;
- (d) materially and adversely affect the rights of members as to voting, dissolution, redemption or transfer;
- (e) authorize a new class of membership;
- (f) an amendment to Section 3 of Article III that changes the maximum, minimum, or exact number of directors who are appointed rather than elected or that changes the method of appointment of such directors; or
- (f) an amendment increasing the quorum at a special regional meeting of members established by Section 14 of Article II.

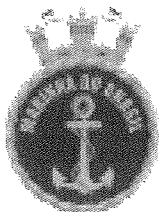
## Exhibit B

## CERTIFICATE OF SECRETARY

I, the undersigned, certify that I am the presently elected and acting Secretary of International Council On Systems Engineering (INCOSE), a California nonprofit mutual benefit corporation, and that the above bylaws, consisting of 20 pages, are the bylaws of this corporation as amended by a unanimous vote of the Board of Directors on 3 March, 2020.

Dated: 03 Mar 2020

Digitally Signed by Kayla Marshall  
Secretary



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



ARQUIVO: 705---AnN\_TJIL\_INCOSE\_REQ\_DE\_HAB\_QUALIFICACAO\_assinado.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo II - Assinatura Gov.Br

RENAN MARIANO ALMEIDA (CPF 116.516.057-93) em 17/07/2024 18:44:11 -03 (BRT)

\*\*\* Cópia para verificação de assinaturas. Não Possui valor legal. \*\*\*